

COMANDO 1.GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

Termo de Referência 104/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

Francisco Alberto de Souza

Atualizado em

20/08/2026 13:39 (v 0.25)

104/2026

160176-COMANDO 1.GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

64278.010393/2026-30

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64278.009784/2026-10)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de roupa de cama, mesa, banho e uniformes profissionais os Meios de Hospedagem, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Ítem	Descrição	Unid	Qtd	Valor estimado	Valor total
1	Bermuda material: brim; modelo: com bolso; tipo bolso: frontal e traseiro; tamanho: sob medida; tipo estrutura: sem estampa; cor: cinza; características adicionais: com cós; especificações detalhadas: cor e tamanhos serão fornecidos pelo órgão. Obs: apresentar uma amostra do produto. Catmat 450333	UN	80	61,60	4.928,00
2	Calça masculina material: oxford; modelo: social; tipo bolso: embutidos tipo faca e traseiros embutidos; tamanho: sob medida; cor: preta; quantidade pregas: 1 voltada para o lado interno un; características adicionais: com passadores para cinto; tipo braguilha: com zíper; quantidade bolsos: 2 dianteiros e 2 traseiros obs: apresentar uma amostra do produto. Catmat 614124	UN	80	139,70	11.176,00
3	Camisa masculina material: poliviscose; modelo manga: curta; tipo gola: pólo; tamanho: sob medida; uso: uniforme; especificações detalhadas: 1 (um) bolso no lado esquerdo com logomarca bordada no bolso, tipo gola: pólo com peitilho, fechamento com botão, acabamento manga: ribana, cor: azul royal; cor azul marinho na gola e nas mangas; tamanho: 38 a XXG. Obs: apresentar amostra do tecido que a camisa será confeccionada. Catmat 476860	UN	120	124,63	14.955,60

4	Camisa masculina material: poliéster e algodão; modelo manga: curta; tipo gola: colarinho; cor: branca; tamanho: sob medida; características adicionais: abertura frontal com fechamento por botões; uso: uniforme especificações detalhadas: fechamento com botão, acabamento manga: ribana, cor e tamanho: 38 a XXG; obs: apresentar amostra do tecido que a camisa será confeccionada. Catmat 602250	UN	120	96,44	11.572,80
5	Jogo cama material: 100% algodão; tipo: solteiro; componentes: lençol c/elástico 88x20x188cm, lençol plano 160 x 250 cm; cor: variada. Especificações detalhadas: produto de referência: jogo de cama artex percal toque de seda solteiro similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: para cama de solteiro. Composição do conjunto: 01 (um) lençol de elástico, 01 (um) lençol de cobrir sem elástico, 01 (uma) fronha com abas; dimensões: lençol de elástico: 90cm x 1,90m x 40 cm; lençol de cobrir: 1,80m x 2,70m; fronha: 50cm x 70cm com abas de 10cm; composição do tecido: 100% algodão - percal 200 fios – toque acetinado 50/1 fio penteado. Cores: estampa lisa, branca, bege ou pérola. Características adicionais: o jogo deverá ser acondicionado em embalagem plástica fechada com zíper ou outro sistema. Conter também, as informações da marca, composição do jogo, dimensões, composição do tecido, dentre outras. Nas peças deverão estar fixadas as etiquetas contendo informações de lavagem, composição do tecido, cnpj do fabricante, etc...Obs: apresentar uma amostra. Catmat 339122	UND	60	329,33	19.759,80
6	Jogo cama material: 100% algodão egípcio; tipo: casal; componentes: 1 lençol tipo virol, 1 lençol com elástico, 2 fronha; cor: branca. Especificações detalhadas: produto de referência: jogo de lençol casal artelassê cordone, similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: para cama tamanho casal; composição do conjunto: 01 (um) lençol de elástico, 01 (um) lençol de cobrir sem elástico, 02 (duas) fronhas com aba; dimensões: lençol de elástico: 1,38 m x 1,88m x 30 cm; lençol de cobrir: 2,40mx 2,50m; fronha: 50 cm x 70 cm com abas de 10cm; composição do tecido: 100% algodão - percal 300 fios – toque acetinado 50/1 fio penteado; cores: estampa lisa, branca, bege, pérola e cinza claro. Características adicionais: o jogo deverá ser acondicionado em embalagem plástica fechada com zíper ou outro sistema. Conter também, as informações da marca, composição do jogo, dimensões, composição do tecido, dentre outras. Nas peças deverão estar fixadas as etiquetas contendo informações de lavagem, composição do tecido, cnpj do fabricante, etc...Obs: apresentar uma amostra. Catmat 612168	UND	60	1.298,30	77.898,00
7	Jogo cama material: 100% algodão egípcio; tipo: queen; componentes: 1 lençol tipo virol, 1 lençol com elástico, 2 fronha; cor: branca. Especificações detalhadas: produto de referência: jogo de lençol qeem buddemeyer damask stripes 300 fios, similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: para cama tamanho qeem; composição do conjunto: 01 (um) lençol de elástico, 01 (um) lençol de cobrir sem elástico, 02 (duas) fronhas com abas; dimensões: lençol de elástico: 1,58m x 1,98m x 30 cm; lençol de cobrir: 2,40mx 2,60m; fronha: 50cm x 70cm com abas de 10cm; composição do tecido: 100% algodão - percal 300 fios – toque acetinado 50/1 fio penteado; cores: estampa lisa, branca, bege, pérola e cinza claro. Características adicionais: o jogo deverá ser acondicionado em embalagem plástica fechada com zíper ou outro sistema. Conter também, as informações da marca, composição do jogo, dimensões, composição do tecido, dentre outras. Nas peças deverão estar fixadas as etiquetas contendo informações de lavagem, composição do tecido, cnpj do fabricante, etc.... Obs: apresentar uma amostra. Catmat 612169	UN	30	1.596,60	47.898,00

8	Colcha cama, tipo: colcha; cobre leito; material: 100% algodão, medidas mínimas (c x l): 2,80 m x 2,40 m, cor: bege, marfim, azul claro; especificações detalhadas: produto de referência: cobre- leito queen bordado inglês, dui design, similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: tamanho queen; composição: 100% algodão; 300 fios jacquard com bordado inglês; matelassado; com enchimento 100% poliéster, embalagem contendo 1 cobre-leito matelassado queen; com bordado inglês em 3 lados; 02 (dois) porta-travesseiros com abas com bordado inglês 50x70cm; nas cores bruxelas marfim e gold ou similar. Código obs: apresentar uma amostra. Catmat 459513	UN	30	986,60	29.598,00
9	Colcha cama, tipo: colcha, cobre leito, material: 100% algodão, medidas mínimas (c x l): 2,40 m x 2,20 m, cor: com cor; informações adicionais: para cama casal; percal 250 fios; produto de referência: artex toque de cetim tinto supercal, similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: 100% algodão, com enchimento 100% poliéster, acabamento matelado; contagem de fios: 250 fios; embalagem contendo 3 (três) peças – 01 (um) cobre-leito medindo 2,40 m x 2,20 m e 02 (dois) porta-travesseiros medindo 50cm x 70cm com abas; sem estampa, nas cores bege, pelola, verde claro, azul claro, código obs: apresentar uma amostra. Catmat 459512	UN	60	681,13	40.867,80
10	Colcha cama, tipo: colcha, cobre leito, material: 100% algodão, medidas mínimas (c x l): 2,40 m x 1,60 m, cor: com cor; informações complementares: cobre leito solteiro, percal 200 fios, produto de referência: cobre leito em matelassê bordado - solteiro 200 fios matelassê; 100% algodão, com enchimento 100% poliéster, embalagem contendo 3 (três) peças – 01 (um) cobre-leito medindo 2,40 m x 1,60 m e 02 (dois) porta-travesseiros de 50cm x 70cm com abas; sem estampa, nas cores bege, pérola, musgo, metal ou similares; obs: apresentar uma amostra. Catmat 459510	UN	60	516,21	30.972,60
11	Colcha cama tipo: colcha / cobre leito; material: 100% algodão egípcio; medidas mínimas (c x l): 2,80 x 2,60 m; cor: branco; quantidade de fios: acima de 300 fios. produto de referência: cobre leito em matelassê bordado - solteiro 200 fios matelassê; 100% algodão, com enchimento 100% poliéster, embalagem contendo 3 (três) peças. Especificações detalhadas: cor: branco, azul claro, verde claro, cinza claro. Informações complementares: cobre-leito queen casal; enchimento: 50% algodão 50% poliéster; porta travesseiro com 4 abas; contendo 3 (três) peças – 01 (um) cobre-leito medindo 2,80 m x 2,60 m e 02 (dois) porta-travesseiros medindo 50cm x 70cm com abas; sem estampa; obs: apresentar uma amostra. Catmat 612180	UN	30	450,57	13.517,10
12	Colcha cama, tipo: edredom, material: poliéster e algodão, medidas mínimas (c x l): 2,40 m x 2,20 m, cor: com cor, características adicionais: dupla face; informações adicionais: cobre- leito casal, bouti bordada, produto de referência: cobre-leito casal bouti de microfibra ultrasonic + 2 porta-travesseiros - mellini marfim - dui design; similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: 100% microfibra de poliéster - enchimento 100% poliéster, com toque aveludado; tratamento anti-pilling; embalagem contendo 3 (três) peças – 01 (um) cobre-leito medindo 2,40 m x 2,20 m e 02 (dois) porta-travesseiros medindo 50cm x 70cm com abas; sem estampa, nas cores bege, cinza, verde claro, azul, marfim. Obs: apresentar uma amostra catmat 468505	UN	45	405,60	18.252,00
	Colcha cama, tipo: lençol de cima, cobertor, material: 100% poliéster, medidas mínimas (c x l): 2,40 m x 1,80 m, cor: com cor, gramatura				

13	mínima: 300 g,m2; informações adicionais: cobre-leito solteiro, bouti bordada, produto de referência: jogo de colcha solteiro altenburg all design new poliéster mini poá; similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: 100% microfibra de poliéster - enchimento 100% poliéster, com toque aveludado; tratamento anti-pilling; embalagem contendo 3 (três) peças – 01 (um) cobre-leito medindo 2,40 m x 1,80 m e 02 (dois) porta-travesseiros mde 50cm x 70cm com abas; sem estampa, nas cores bege, cinza, verde, azul claro. Obs: apresentar uma amostra. Catmat 459543	UN	45	267,93	12.056,85
14	Guardanapo de pano, tipo tecido: oxford, cor: branca, comprimento: 48 cm, largura: 48 cm; apresentar amostra. Catmat 424819	UN	100	8,10	810,00
15	Guardanapo de pano, tipo tecido: linho, cor: azul royal, comprimento: 45 cm, largura: 45 cm, características adicionais: com bainha e sem emendas; apresentar amostra. Catmat 430324	UN	100	29,50	2.950,00
16	Protetor travesseiro material: 40% algodão 60% poliéster; comprimento: 80 cm; largura: 50 cm; cor: branca; características adicionais: impermeável. Especificações detalhadas:, produto de referência: capa para travesseiro com zíper plumasul, similar ou de qualidade superior, tamanho 0,50 m x 0,70 m; composição: percal 300 fios/100% algodão; cor: branca. Obs: apresentar uma amostra do produto. Catmat 631265	UN	60	29,44	1.766,40
17	Pano prato material: algodão atalhado; comprimento: 45 x 70 cm; Especificações detalhadas: , produto de referência: pano de copa atalhado para bordar dolher, similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: pano de copa atalhado; tamanho: 45 cm x 70 cm; composição: 94%; algodão / 6% poliester; apresentar amostra. Catmat 618312	UN	200	17,10	3.420,00
18	Tapete banheiro material: 100% algodão; cor: cores variadas; largura: 0,50 m; comprimento: 0,80 m; características adicionais: gramatura 600 g/m2. Especificações detalhadas: produto de referência: piso atalhado dohler coleção prime, similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: composição: 100% algodão; felpudo; fio penteado; largura 50cm, comprimento 80cm, características adicionais peso mínimo 285 g, cor verde, musgo, bege, azul, preto, ou cinza. Tipo atalhado. Obs: apresentar uma amostra. Catmat 472933	UN	80	65,15	5.212,00
19	Toalha banho, material: 100% algodão, medidas mínimas (c x l): 1,50 x 0,80 m, cor: branco; especificações detalhadas : toalha fio egipcio; produto de referência: produto de referência: conjunto toalhas artex atri low twist similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: conjunto de toalhas 5 peças; contendo 02 (duas) toalhas de banhos, 02 (duas) toalha de rosto e 01 (uma) toalha piso; dimensões: toalha de banho: 0,80 m x 1,50 m; toalha de rosto: 50cm x 80cm. Toalha de piso: 48cm x 85cm gramatura: 600 g/m ² ; fio egipcio; composição: 100% algodão; fabricação nacional; cor: branca, palha e azul claro a critério do órgão; características adicionais: o jogo deverá ser acondicionado em embalagem plástica fechada com zíper ou outro sistema de fechamento. Conter também, as informações da marca, composição do jogo, dimensões, composição do tecido, dentre outras. Nas peças deverão estar fixadas as etiquetas contendo informações de lavagem, composição do tecido, cnpj do fabricante, etc... Obs: apresentar uma amostra. Catmat 459486	UN	130	600,08	78.010,40
	Toalha banho, material: poliéster e algodão, medidas mínimas (c x l): 1,50 x 0,80 m, cor: branco; informações adicionais: toalha banho, produto de referência: jogo de banho karsten fio penteado 5 peças cotton class grão, similar ou de qualidade superior, com as				

20	seguintes especificações; composto por 2 (duas) toalhas de banho 1,50 x 0,80 m, 2 toalhas de rosto 48x80cm e 1 toalha de piso 50x70cm, fio penteado, toque super macio, antipilling, composição: 98% algodão 2% poliéster; gramatura: 500g/m2; fabricação nacional; cor: branca bege, palha ou azul claro; características adicionais: o jogo deverá ser acondicionado em embalagem plástica fechada com zíper ou outro sistema de fechamento. Conter também, as informações da marca, composição do jogo, dimensões, composição do tecido, dentre outras. Nas peças deverão estar fixadas as etiquetas contendo informações de lavagem, composição do tecido, cnpj do fabricante, etc. Obs: apresentar amostra. Catmat 459502	UN	160	402,63	64.420,80
21	Toalha mesa material: jacquard; formato: quadrada; comprimento: 2,20 m; largura: 2,20 m; cor: nude; especificações detalhadas: produto de referência: dui desingn quadrada 2,20 x 2,20 m; similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: material 100% poliester, formato quadrada, comprimento 2,20 m, largura 2,60 m, características adicionais: com bordado guipir fácil de limpar; cores: beatrice vanilla, margareth azul e branco; observação: quantidade: 25 de cada cor. Apresentar amostra ou catálogo com fotos do material proposto. Catmat 445458	UN	60	462,93	27.775,80
22	Toalha mesa material: jacquard; formato: quadrada; comprimento: 1,60 m; largura: 1,60 m; cor: variada. Especificações detalhadas: material jarquard adamascado medalhão, tipo cobre mancha; formato: quadrado, comprimento 1,60 m, largura 1,60 m, cor azul turquesa, características adicionais: , deverá conter uma barra de 10 cm nos quatro lados, confeccionado em oxford na cor azul royal. Observação: apresentar amostra catmat 464314	UN	60	116,93	7.015,80
23	Travesseiro revestimento: 100% algodão; comprimento: 70 cm; largura: 50 cm; características adicionais: enchimento 100% poliéster; altura: 10 cm. Especificações detalhadas: produto de referência: travesseiro santista platinum similar ou de qualidade superior, com as seguintes especificações mínimas: dimensão: 0,50 m x 0,70 m; suporte: médio; revestimento: em cetim 200 fios com toque de seda; recheio: 850 g de fibras siliconadas; características adicionais: poder ser lavado em máquinas de lavar, com tratamento anti-fungos (mofo) e anti-alérgicos; ideal para quem dorme de lado. Embalado em plástico contendo todas as informações de suas características e fabricante. Obs: apresentar uma amostra. Catmat 607597	UN	60	79,04	4.742,40
24	Uniforme profissional componentes: dolmã; tamanho: sob medida; cor: branco, material: oxford; características adicionais: botões dourados; aplicação: uniforme. Especificações datalhadas: com viés azul e botões azuis, aplicação: uso de cozinheiro e garçom; obs: apresentar uma amostra. Catmat 604854	UN	20	127,47	2.549,40
25	Uniforme profissional componentes: dolmã; tamanho: sob medida; cor: preta; material: oxford; características adicionais: botões dourados; aplicação: uniforme. Especificações datalhadas: com viés branco e botões branco aplicação: uso de cozinheiro e garçom; obs: apresentar uma amostra.. Catmat 604854	UN	20	166,44	3.328,80
26	Uniforme profissional componentes: dolmã; tamanho: sob medida; cor: azul marinho; material: oxford; características adicionais: botões dourados; aplicação: uniforme. Especificações datalhadas: com viés branco e botões branco aplicação: uso de cozinheiro e garçom; obs: apresentar uma amostra. Catmat 604854	UN	20	163,20	3.264,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 Será admitida uma variação de 5% para mais ou para menos nas dimensões especificadas dos produtos.

1.7 O Hotel de Trânsito atende a militares, servidores ou hóspedes em trânsito que necessitam de repouso adequado para o desempenho de suas funções. A qualidade do enxoval (toque, absorção da toalha, maciez do lençol) impacta diretamente a avaliação do serviço prestado, garantindo o princípio da eficiência, proporcionado conforto e satisfação do usuário.

1.8 O enxoval do hotel de trânsito com especificidades do clima tropical "quente e úmido" de João Pessoa, além da salinidade natural de uma cidade litorânea, acentua ainda mais o desgaste acelerado devido à necessidade de lavagens industriais frequentes e de alta temperatura para higienização sanitária.

1.9 Citar marcas consolidadas no mercado hoteleiro (como Buddemeyer, Teka, Trussardi, Karsten, etc.) ajuda a materializar o padrão mínimo exigido em hotelaria, como por exemplo: termos como "180 fios" ou "100% algodão" podem variar drasticamente de qualidade entre fabricantes, impactando na durabilidade.

1.10 Marcas de linha profissional/hoteleira possuem tratamento pré-encolhimento, costuras reforçadas e resistência ao cloro que marcas de linha doméstica não têm. Justifica-se a referência para garantir a vida útil (durabilidade) do material, evitando prejuízo ao erário com trocas prematuras.

1.11 A escolha do enxoval não deve se basear puramente no menor preço imediato se isso resultar em tecidos ásperos ou transparentes. A eficiência da contratação pública passa pela entrega de um serviço digno e confiável.

1.12 A inclusão de marcas de referência hoteleira para o enxoval de cama, mesa e banho encontra pleno amparo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União. Conforme estabelecido no Acórdão 2129/2021-TCU-Plenário, a indicação de marca é legítima quando atua como parâmetro objetivo de qualidade e desempenho, visando proteger o interesse público contra a aquisição de produtos de baixa durabilidade que gerariam prejuízos futuros.

1.13 Em estrito cumprimento às diretrizes do TCU e ao art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021, a presente solicitação enfatiza que as marcas citadas operam meramente como balizadoras mínimas de qualidade, sendo garantido o direito de os licitantes cotarem quaisquer outras marcas existentes no mercado, desde que comprovada a equivalência técnica e de desempenho.

1.14 O TCU destaca que, ao adotar esse acórdão como base, a administração pública cumpre integralmente o Artigo 41, inciso I, alínea "d" da Lei 14.133/2021, que autoriza formalmente a indicação de marca no ETP e no Termo de Referência sob a condição de: servir apenas como descrição do padrão de qualidade, sendo acompanhada expressão "ou equivalente".

1.15 A indicação de marcas serve como um "parâmetro de comparação" para definir um padrão de qualidade exigido e não para direcionar a compra a um fornecedor exclusivo, tornando uma definição objetiva do Padrão de Qualidade (Indicação de Referência) para a administração do Hotel de Trânsito.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000046/2026;

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 28 de abril de 2025;

2.2.3. Id do item no PCA: 130;

2.2.4. Classe/Grupo: 7316 – EQUIPAMENTOS PARA COZINHAR, ASSAR E SERVIR ALIMENTOS;

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 160176-43/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de amostra

4.1. Para todos os materiais deverão ser apresentadas amostras por meio de catálogo, prospecto ou link, no qual deverá conter, no mínimo fotos e as especificações técnicas do produto. Para tal, o proponente deverá enviar por meio eletrônico esse conteúdo do produto ofertado.

4.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.4. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (3) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Desportista Aurelio Rocha, 97, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB. CEP 58.030-450. Telefone para contato 83 9 98667 10 20.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na

fabricação do equipamento.

5.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

7.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.4. Der causa à inexecução total do contrato;

7.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.7. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste

mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. O prazo de validade;

8.12.2. A data da emissão;

8.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. O valor a pagar; e

8.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30 de julho de 2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade..

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	Ativo Total

SG =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
------	---

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10.% do valor total estimado da contratação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 538.718,35 (quinhentos e trinta e oito mil, setecentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos). conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.*

10.5. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.5.1. *Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.5.2. *Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.5.3. *Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.5.4. *Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

João Pessoa - PB, 08 de junho de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente aprazo de 30 dias, Nota , sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.de Empenho
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação30 motivada, por igual período.
 - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual,

os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos

sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou

que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas

para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para

reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não

seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei

nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1.A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. [A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO ALBERTO DE SOUZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/08/2026 às 13:39:22.

REGINALDO FERREIRA DE MACEDO

Membro da comissão de contratação